

Concílio Vaticano II: o diálogo na Igreja e a Igreja do Diálogo

Elias Wolff

Concílio Vaticano II: o diálogo na Igreja e a Igreja do Diálogo

The Second Vatican Council: Dialogue in the Church and the Church of Dialogue

Elias Wolff

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Resumo

Refletir sobre o Concílio Vaticano II implica refletir sobre o diálogo na Igreja e a Igreja do diálogo como um dos elementos centrais para o *aggiornamento* eclesiológico proposto pelo ensino conciliar. O Concílio foi em si mesmo uma fecunda experiência de diálogo e essa experiência passa a configurar o modo de ser e de agir da Igreja. A partir de então, a Igreja desenvolve essa experiência em três principais horizontes: com a sociedade (diálogo sociocultural); com as outras Igrejas (diálogo ecumênico); com as religiões (diálogo inter-religioso). Isso implica saber situar-se no contexto sociocultural e religioso atual, que se caracteriza pela pluralidade. Nesse contexto, é preciso superar toda tendência ao exclusivismo, à apologética conflitiva, ao universalismo monopolizador. E afirmar uma “Igreja em saída”, “não autorreferenciada”, que não teme percorrer os caminhos do diálogo, da comunhão e da parceria. Somente assim é possível um real *aggiornamento* da Igreja em sua autoconsciência, suas instituições, seus projetos de evangelização, sua espiritualidade, na perspectiva do encontro com as diferentes tradições socioculturais, eclesiais e religiosas do nosso tempo que a enriquecem. Esse *modus essendi e modus operandi* da Igreja precisa ser afirmado nas comunidades católicas atuais como expressão da fidelidade destas à dialogicidade do ensino conciliar.

Palavras-Chave: Concílio Vaticano II; Diálogo; Ecumenismo; Religiões; Eclesiologia.

Abstract

Reflecting on Vatican II involves reflecting on dialogue in the church and the church of dialogue as one central element for the ecclesiological *aggiornamento* proposed by the council’s teaching. The council was in itself a fecund experience of dialogue which began to shape the church’s way of being and acting. Since then, the church has developed this experience in three major horizons: with society (sociocultural dialogue), with other churches (ecumenical dialogue) and with religions (inter-religious dialogue). This involves knowing how to situate itself in the present sociocultural and religious context, which is characterized by plurality. In such a context it is necessary to overcome all trends toward exclusivism, conflictive apologetics and monopolizing universalism. And it is necessary to affirm an outreaching, non-self-referential church that does not fear the path of dialogue, fellowship and partnership. Only in this way is a real *aggiornamento* of the church made possible – an *aggiornamento* in the church’s self-consciousness, its institutions, its evangelistic projects, its spirituality – with a view to its encounter with the various sociocultural, ecclesial and religious traditions of our time that enrich it. This *modus essendi* and *modus operandi* of the church must be affirmed in the present Catholic communities as an expression of their faithfulness to the dialogical character of the council’s teaching.

Keywords: Vatican II; Dialogue; Ecumenism; Religions; Ecclesiology.

Concílio Vaticano II: o diálogo na Igreja e a Igreja do Diálogo

Elias Wolff

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Cadernos Teologia Pública é uma publicação impressa e digital quinzenal do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, que busca ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A teologia pública pretende articular a reflexão teológica e a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade nas ciências, culturas e religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade, hoje, constituem o horizonte da teologia pública.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: *Marcelo Fernandes de Aquino, SJ*

Vice-reitor: *José Ivo Follmann, SJ*

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: *Inácio Neutzling, SJ*

Gerente administrativo: *Jacinto Schneider*

www.ihu.unisinos.br

Cadernos Teologia Pública

Ano XII – Vol. 12 – Nº 101 – 2015

ISSN 1807-0590 (impresso)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling

Conselho editorial: MS Ana Maria Casarotti; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; MS Jeferson Ferreira Rodrigues; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Profa. Dra. Ana Maria Formoso, Unilasalle, doutora em Educação; Prof. Dr. Christoph Theobald, Faculdade Jesuíta de Paris-Centre Sèvres, doutor em Teologia; Prof. Dr. Faustino Teixeira, UFJF-MG, doutor em Teologia; Prof. Dr. Felix Wilfred, Universidade de Madras, Índia, doutor em Teologia; Prof. Dr. Jose Maria Vigil, Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo, Panamá, doutor em Educação; Prof. Dr. José Roque Junges, SJ, Unisinos, doutor em Teologia; Prof. Dr. Luiz Carlos Susin, PUCRS, doutor em Teologia; Profa. Dra. Maria Inês de Castro Millen, CES/ITASA-MG, doutora em Teologia; Prof. Dr. Peter Phan, Universidade Georgetown, Estados Unidos da América, doutor em Teologia; Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner, EST-RS, doutor em Teologia.

Responsáveis técnicos: Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; MS Jeferson Ferreira Rodrigues.

Revisão: Carla Bigliardi

Arte da capa: Patrícia Kunrath Silva

Editoração eletrônica: Rafael Tarcísio Forneck

Impressão: Impressos Portão

Cadernos teologia pública / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 11, n. 1 (2004) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004- . v.

Irregular, 2004-2013; Quinzenal (durante o ano letivo), 2014.

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-teologia>>.

Descrição baseada em: Ano 11, n. 84 (2014); última edição consultada: Ano 11, n. 83 (2014). ISSN 1807-0590

1. Teologia 2. Religião. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 2

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos Teologia Pública: Programa de Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

Concílio Vaticano II: o diálogo na Igreja e a Igreja do Diálogo¹

Elias Wolff

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Introdução

No contexto da celebração do cinquentenário do Vaticano II (1962-1963), muitas são as iniciativas de revisitar o Concílio, buscando compreender o que ele significou e significa para o ser e o agir da igreja-

¹ Este artigo é a íntegra da apresentação proferida pelo Prof. Dr. Elias Wolff no dia 20 de maio de 2015, nas Sessões Temáticas do II Colóquio Internacional IHU – O Concílio Vaticano II: 50 anos depois. A Igreja no contexto das transformações tecnocientíficas e socioculturais da contemporaneidade promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

Abreviaturas: Denzinger-Hünermann – DHZ; Unitatis Redintegratio – UR; Nostra Aetate – NA; Dignitatis Humanae – DH; Dei Verbum – DV; Gaudium et Spes – GS; Lumen Gentium – LG; Ad Gentes – AG; Apostolicam Actuositatem – AA; Presbyterorum Ordinis – PO; Christus Dominus – CD; Orientalium Ecclesiarum – OE; Sacrosanctum Concilium – SC; Ut Unum Sint – UUS; Evangelii Gaudium – EG; Diálogo e Anúncio – DA.

ja católica. Esta comunicação situa-se no conjunto dessas iniciativas, com um objetivo específico: refletir sobre o ensino ecumênico e o diálogo das religiões no Vaticano II, verificando a sua incidência na consciência e na ação eclesial dos cristãos católicos. É importante rever as razões do ingresso da igreja católica nos caminhos do diálogo, as implicações do diálogo na vida da igreja, suas iniciativas mais significativas, os desafios atuais, as perspectivas para a futura unidade dos cristãos, a convivência e a cooperação inter-religiosa. Pretendemos mostrar que o Vaticano II, o ecumenismo e o diálogo inter-religioso se implicam mutuamente no modo de ser e agir da igreja dos nossos tempos, tanto no âmbito universal quanto no âmbito local.

1 A igreja católica e o ecumenismo

1.1 *Andando na contramão*

Do início do movimento ecumênico na forma hoje conhecida (1910), até meados do século XX, a igreja católica resistiu fortemente à sua proposta. Essa postura era sustentada por fatores teológicos, como a concepção de igreja e de sacramentos, mesclados com fatores culturais alimentadores do preconceito mútuo entre católicos e protestantes. Pesava o fato de o ecumenismo ter origem no meio protestante e a consequente concepção de unidade na fé compatível com uma diversidade institucional na igreja, o que se contrapõe frontalmente à tendência uniformista do catolicismo.

Assim, por décadas o movimento ecumênico teve sua natureza, motivações e objetivos duramente contestados pelo magistério católico. No ano de 1950, a *Enciclopédia Católica* assim afirmava: “No sentido próprio, ecumenismo é a teoria mais recente que brota dos movimentos interconfessionais, especialmente protestantes, para alcançar a unidade das igrejas cristãs... para os católicos são proibidas as vias do ecumenismo

no sentido originário do termo”². O papa Pio XI, na encíclica *Mortalium Animos* (1928), chamou os ecumenistas de *panchristiani* e afirmou que “a Sé Apostólica não pode de modo algum participar das suas reuniões, e de nenhum modo os católicos podem aderir ou ajudar tais tentativas”. O Santo Ofício, em decreto de 8 de julho de 1928, respondeu *non licet* à consulta: “se é permitido aos católicos assistirem, ou interessarem-se por reuniões, agrupamentos, conferências, ou sociedades de não católicos, que tenham por objetivo reunir sob um só pacto religioso (*uno religionis fodere*) todos aqueles que de alguma forma reivindicam o nome de cristãos” (DHZ 2199). Assim, “ecumenismo” diz respeito apenas à conservação da integridade da fé católica romana. O próprio magistério católico recusou, reiteradas vezes, os convites para participar de momentos que marcavam progressos na estruturação do movimento ecumênico, como na ocasião da Conferência de Edimburgo (1910), na criação dos organismos “Vida e Ação” (1925) e “Fé e Constituição” (1927), na assembleia de fundação do Conselho Mundial de Igrejas (1948). A primeira vez que

² Citado por VERCRUYSSSE, Jos. *Introduzione alla Teologia Ecumenica*. Casale Monferrato: Piemme, 1992, 10.

a igreja romana enviou representantes num evento do Conselho Mundial de Igrejas foi na assembleia em Nova Delhi (1961). Sete anos mais tarde, porém, Roma já enviou uma delegação oficial para uma assembleia do Conselho, em Upsala (1968).

1.2 Alargando as veredas

Novos ares surgem na igreja romana às vésperas do Concílio Vaticano II. Com os anos 60 do século XX, surge uma atmosfera cultural que afirma o direito à liberdade de expressão, a valorização do indivíduo pela filosofia existencialista, o reconhecimento do valor da diferença. Nesse contexto, a igreja sente a necessidade de romper o casulo do solipsismo no qual se fechara há séculos.

No que diz respeito às relações ecumênicas, as condições para as mudanças foram preparadas muito antes. Na verdade, as primeiras intuições ecumênicas na teologia católica são ainda do século XIX, com Johann Adam Möhler (1796-1838) e John Henry Newmann (1801-1890). Eles propuseram uma concepção de unidade eclesial que superava a perspectiva institucionalista, jurídicista e visibilista da eclesiologia da “sociedade

perfeita” então em voga. Enfatizaram os temas da unidade, do aspecto místico da igreja, da interioridade das estruturas visíveis da igreja, do recurso aos Padres e às Escrituras. Ambos evitaram o tom apologético normal no seu tempo³. Mas foi Yves Congar, em fins dos anos 30 do século XX, quem ofereceu uma teologia ecumênica mais explícita, tratando da divisão dos cristãos e propondo “princípios de um ecumenismo católico”⁴. Outros o seguem, como K. Rahner, H. Balthasar, J. Daniélou, na construção de uma teologia ecumênica. Esses teólogos estão na base do *aggiornamento* eclesial proposto pelo

3 MÖHLER, J. *Die Einheit in der Kirche oder das Princip des Katholicismus, dargestellt im Geiste der Kirchenväter der drei ersten Jahrhunderte*. Tübingen, 1825. Tradução inglesa: *Unity in the Church or the Principle of Catholicism presented in the Spirit of the Church Fathers of the first three centuries*. Washington, D.C: Catholic University of America Press, 1995. MÖHLER, J. *Symbolik oder Darstellung der dogmatischen Gegensätze der Katholiken und Protestanten nach ihren Öffentlichen Bekenntnisschriften*. Mainz, 1832. Tradução inglesa: *Symbolism: exposition of the doctrinal differences between catholics and protestants as evidenced by their symbolical writings*. New York: Crossroad Publishing, 1997. NEWMAN, J.H. *Apologia pro vita sua*. Londres: Oxford Edition, 1864; *Parochial and Plain Sermons*. Londres: University of Oxford, 1869.

4 CONGAR, Y. *Chrétiens Désunis. Principes d'un "œcuménisme" catholique*. Paris: Les Éditions du Cerf, Paris, 1937.

papa João XXIII ao Vaticano II e da sua abertura para o ecumenismo e o diálogo das religiões.

A partir de então, muitos cristãos católicos se integram em iniciativas ecumênicas e as promovem em suas comunidades, no campo da espiritualidade, como a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos; participam de organizações ecumênicas, como o Centro *Istina* (Paris), o Centro Santo Irineu (Lyon), o movimento *Una Sancta* (Alemanha), a Associação *Unitas* (Roma), o Centro *Pro Unione* (Roma), entre outros; e cooperam com membros de outras religiões, sobretudo em projetos que visam à promoção humana e à construção da paz e da justiça na sociedade.

2 Nos caminhos ecumênicos

Isso contribuiu para que as lideranças católicas apurassem a sensibilidade ecumênica. Ainda antes do Concílio, em 1949, o papa Pio XII fez o primeiro pronunciamento do magistério católico a favor o movimento ecumênico:

Em diversas partes do mundo, quer em virtude dos acontecimentos exteriores e da mudança das disposi-

ções dos fiéis, o desejo de que todos os que creem em Cristo Senhor Nosso voltem à unidade tornou-se mais vivo de dia para dia, sob inspiração da graça do Espírito Santo, no coração de muitos homens separados da igreja católica.⁵

O mesmo documento tem orientações práticas, dizendo aos bispos que

Não devem somente velar diligente e eficazmente por todo esse movimento, mas também promovê-lo e dirigi-lo com prudência, primeiramente para ajudar os que procuram a verdade e a verdadeira igreja, depois para afastar dos fiéis os perigos que resultam facilmente da atividade desse movimento.⁶

A instrução *Ecclesia Catholica* aprecia o movimento ecumênico, mas expressa também cautela no engajamento prático, com explícito temor de prejuízos aos fiéis católicos. Em 1952 foi constituída a “Conferência católica para questões ecumênicas”. Mas foi 20 anos mais tarde que o magistério católico teve um posicionamento ecumênico efetivo, na pessoa do papa

5 Instrução do Santo Ofício, *Ecclesia Catholica*, de 20/09/1949. In: TAVARD, G., *Ecumenismo – História e perspectivas atuais*. Barcelona: Herder, sd., 272.

6 Ibid.

João XXIII⁷. Apenas três meses após ter sido eleito, em 1958, João XXIII convocou o Concílio que teve como “um dos principais objetivos” a promoção da unidade dos cristãos (UR 1). No comunicado do Concílio feito aos cardeais, em 29 de janeiro de 1959, afirmou: “Renovamos o nosso convite aos fiéis das comunidades separadas para também elas nos acompanharem amavelmente nesta busca da unidade e de graça à qual tantas almas aspiram de todos os pontos da terra”. Em 1960, João XXIII criou o *Secretariado para a Unidade dos Cristãos* com a finalidade de ajudar a preparar a realização do Vaticano II dando-lhe uma dimensão ecumênica; aprovou a presença de católicos romanos na assembleia do Conselho Mundial de Igrejas em Nova Delhi (1961), e retirou as expressões antisemitas da liturgia da Sexta-Feira Santa. Seu sucessor, Paulo VI, deu continuidade ao

7 Durante os nove anos em que foi visitador apostólico na Bulgária (1925-1934), o bispo Angelo Roncalli buscou realizar uma “missão de paz” nas relações com muçulmanos, a maioria ortodoxa e a minoria católica de rito latino e oriental. Em 1927, visitou o patriarca de Constantinopla, Basílio III, acreditando que a unidade exige “a caridade... mais do que a discussão teológica”. Depois, como delegado apostólico na Grécia e na Turquia (entre 1934 a 1944) e como núncio em Paris (1944-1953) continuou o esforço de boas relações entre as igrejas e as religiões.

objetivo ecumênico do Concílio estabelecendo contatos com os líderes das igrejas e dos organismos ecumênicos (como o Conselho Mundial de Igrejas, em 1969); em sua primeira encíclica, *Ecclesiam Suam* (1964), colocou o diálogo no centro da autoconsciência da igreja e da sua ação evangelizadora; e iniciou os diálogos bilaterais sobre a doutrina cristã.

3 A ecumenicidade do Vaticano II

Nesse contexto aconteceu o Concílio Vaticano II. Esse Concílio acolheu o ecumenismo enquanto busca da unidade cristã, como algo próprio da igreja. O Vaticano II foi um fato ecumênico em si mesmo, como o mostra a presença dos observadores, representantes das diferentes igrejas, a perspectiva ecumênica na discussão de praticamente todos os 16 documentos conciliares e, sobretudo, o Decreto *Unitatis Redintegratio*, a *charta magna* do ecumenismo na igreja católica. O Decreto entende por ecumenismo “as atividades e iniciativas, que são suscitadas e ordenadas, segundo as várias necessidades da Igreja e oportunidades dos tempos, no sentido de favorecer a unidade dos cristãos” (UR 4). Não define o que

é uma “atividade” ou “iniciativa ecumênica”, mas a valoriza a partir de quatro aspectos: 1) ela é “suscitada”, não surge e nem acontece ao acaso, mas como impulso da ação do Espírito Santo num contexto, tempo, lugar e nas circunstâncias eclesiais que exigem a ação ecumênica; 2) ela acontece de forma “ordenada” no conjunto da ação eclesial, com objetivos, métodos e fins específicos; 3) trata-se de uma “necessidade da igreja”, ou seja, a igreja precisa do ecumenismo para realizar a sua natureza e vocação à unidade e comunhão; 4) e tem como meta a unidade dos cristãos. Não se trata de uma aproximação superficial ou unidade parcial, busca a comunhão plena na fé, nos sacramentos, nos ministérios, com estruturas eclesiais que lhe deem visibilidade (UR 3).

O ensinamento conciliar incentiva todas as iniciativas que favorecem a unidade, fortalecendo o ecumenismo em quatro dimensões: a) *o ecumenismo como uma atitude*, um comportamento dialogante frente às diferentes igrejas, eliminando palavras, juízos e ações que não correspondam à condição destas (UR 4); b) *o diálogo teológico*, para aprofundar a doutrina cristã nas várias tradições eclesiais, distinguindo o “conteúdo” e as “formas” de explicitação das verdades da fé, e compre-

endendo que existe uma “hierarquia das verdades” católicas, que mostra “o diverso nexos com o fundamento da fé cristã” (UR 9.11); c) *a cooperação prática*, que favorece a corresponsabilidade das igrejas em iniciativas pastorais e sociais concretas (UR 12); d) *o ecumenismo espiritual*, considerando a oração “a alma de todo o movimento ecumênico” (UR 8).

Assim, o ecumenismo tornou-se um “um imperativo da consciência cristã” (UUS 14). Isso impactou tanto o catolicismo quanto as outras igrejas e a sociedade como um todo, causando preocupações, temores e expectativas. Como propor a unidade ecumênica sem abandonar a ideia do “centro”? Como manter essa ideia sem que ela indique uniformidade, mas real abertura para uma *nova condição* da igreja, reconciliada em suas diferentes tradições históricas? Como conceber uma igreja que, mesmo vinculada ao primado pontifício, não imponha a ideia do retorno às estruturas de uma tradição histórica? Ainda, como entender o exercício do ministério petrino de forma condizente com a causa ecumênica? As respostas surgem na medida em que se renova a eclesiologia, considerando a igreja no seu devir histórico. É preciso rever a concepção católica de unidade. É possível conceber a unidade como uma recuperação, um movimen-

to para frente, imprevisível quanto às suas modalidades. Isso supõe uma autocrítica, um aprofundamento doutrinário, uma ascese teológica e espiritual. Tal esforço é o que dá condições para entender o ecumenismo (como já intuiu a instrução *Ecclesia Catholica* de Pio XII, em 1949), como fruto da “moção da graça do Espírito” (UR 1), algo que condiz com a necessidade de renovação da igreja (UR 6) e que diz respeito a todos os cristãos – de modo que também os católicos precisam nele se empenhar (UR 5.24).

4 O ecumenismo no magistério pós-conciliar

Na direção conciliar segue João Paulo II, do qual destacam-se a publicação da primeira encíclica sobre o ecumenismo, *Ut Unum Sint*, e o impulso ao diálogo inter-religioso com os encontros de líderes das religiões em Assis (1986, 1996, 2002) e Roma (2000). O pontificado de Bento XVI não apresentou novidades na promoção do diálogo ecumênico e inter-religioso. Desde o final do pontificado de João Paulo II, fatores conjunturais do catolicismo freiam consideravelmente o impulso ecumênico e inter-religioso do Vaticano II. Assim, os pronuncia-

mentos e gestos ecumênicos de Bento XVI perdem força e visibilidade para atitudes resistentes ao diálogo, sobretudo de setores da cúria romana e de alguns movimentos eclesiais católicos.

O atual pontificado do papa Francisco propõe uma “cultura do encontro” que constrói um cenário eclesial favorável para o ecumenismo e o diálogo das religiões. Após a celebração do início do seu pontificado, recebeu os líderes das igrejas em audiência na sala Clementina do Palácio Apostólico do Vaticano, afirmando: “Desejo assegurar minha firme vontade de prosseguir com o diálogo ecumênico”. Insistiu na necessidade de fortalecer os esforços pela unidade dos cristãos, como uma forma de testemunhar de maneira “livre, alegre e valente” o Evangelho. Acrescentou: “Será nosso melhor serviço (a unidade) em um mundo marcado por divisões, contrastes e rivalidades”⁸. Os gestos do papa Francisco falam mais do que os seus pronunciamentos. Surpreende, por exemplo, a sua história de profunda amizade e de intercâmbio de experiências tanto “sobre o céu” quanto sobre “a terra” com o rabino Abraham

⁸ FRANCISCO. Discurso no Encontro com os representantes das Igrejas e Comunidades eclesiais e outras religiões. Disponível em <http://goo.gl/INUrfe>. Acesso em: 20 mai. 2015.

Skorka⁹; a acolhida em sua residência de um grupo de rabinos para a refeição do *kosher*, em março de 2014; a visita a um pastor pentecostal no sul da Itália (2014), entre outros. Em sua primeira encíclica afirma que “uma atitude de abertura na verdade e no amor deve caracterizar o diálogo com os crentes das religiões... Este diálogo inter-religioso é condição necessária para a paz no mundo e, por conseguinte, é um dever para os cristãos” (EG, 250). Esperava-se um gesto mais contundente do papa Francisco no apoio à X Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas realizada em Busan, Coreia do Sul, em outubro de 2013. Cogitou-se, por exemplo, uma intervenção por videoconferência. Não aconteceu. Mas, na carta enviada ao cardeal Kurt Koch, delegado católico para a assembleia, aos 4 de outubro de 2013, afirmou: “Asseguro-vos o meu grande interesse pastoral pelas deliberações da Assembleia e confirmo de bom grado o compromisso da Igreja católica em dar continuidade à sua longa cooperação com o Conselho Ecumênico das Igrejas”. Em seu ensinamento ecumênico, o papa exorta: “Devemos sempre lembrar-

-nos que somos peregrinos, e peregrinamos juntos. Para isso, devemos abrir o coração ao companheiro de estrada sem medos nem desconfianças e olhar primariamente para o que procuramos: a paz no rosto do único Deus” (EG 244). Entende que “Dada a gravidade do contratestemunho da divisão entre os cristãos... é urgente a busca de caminhos de unidade” (EG 246). E dá o método para essa busca: “Se nos concentrarmos nas convicções que nos unem e recordarmos o princípio da hierarquia das verdades, poderemos caminhar decididamente para formas comuns de anúncio, de serviço e de testemunho” (EG 246).

Assim, o magistério conciliar e pós-conciliar entende que todos os discípulos de Cristo têm alguma responsabilidade na situação de divisão dos cristãos, bem como nos desencontros entre as religiões. Urge superar essas realidades, para que a humanidade possa experimentar o Reino da paz e da comunhão em Deus. Aos cristãos católicos cabe a responsabilidade de assumirem o ecumenismo e o diálogo inter-religioso como algo próprio de sua identidade cristã e eclesial.

9 BERGOGLIO J.; SKORKA, A. *Sobre o Céu e a Terra*. São Paulo: Editora Schwarck S.A, 2013.

5 A Igreja católica e o diálogo inter-religioso

5.1 A novidade conciliar na compreensão das religiões

Por séculos, a Igreja católica desconsiderou qualquer possibilidade de valorizar as diferentes tradições religiosas. E como o diálogo supõe o reconhecimento da identidade e dos valores do outro, não se encontrava espaço de diálogo da Igreja com as religiões. Sua atitude era de negação, de intolerância e de exclusão:

nenhum dos que existem fora da igreja católica, não somente os pagãos, mas também os judeus ou heréticos assim como os cismáticos, podem chegar a ser partícipes da vida eterna; pelo contrário, irão para o fogo eterno. (DHZ 1351)

Trata-se de uma afirmação corrente em muitos documentos magisteriais¹⁰, a máxima expressão do axioma *extra ecclesiam nulla salus*, com seus desdobramentos na eclesiologia, na espiritualidade, na doutrina e na metodologia missionária. Na verdade, não se trata ape-

10 A título de exemplo, ver a Bula *Unam Sanctam*, publicada pelo papa Bonifácio VIII, em 1302.

nas de uma posição da tradição católica, mas também das igrejas oriundas a partir do século XVI. O mundo cristão sempre teve dificuldades para relacionar-se com os não cristãos.

A mudança começa a ocorrer apenas a partir do século XX. Contribuíram para isso os resultados das pesquisas sobre as religiões na área da fenomenologia, da antropologia, da filosofia, da sociologia, da psicologia, entre outras, que influenciam a reflexão de muitos teólogos, os quais passam a reconhecer um significado positivo nas doutrinas, nos mitos, nos ritos, nos símbolos, na ética das religiões. Além disso, na “aldeia global” intensifica-se a interação entre os cristãos e os não cristãos, de modo que o conhecimento experiencial quebra tabus e elimina preconceitos mútuos. Inicialmente, a positividade das religiões era afirmada pelo entendimento de serem “caminhos para o cristianismo”¹¹. Esse entendimento, não obstante suas fragilidades e limites, abre caminhos para a elaboração da teologia das religiões, que vai da timidez

11 Tal é o que se constata nos trabalhos de missionários na Índia, como FARQUHAR, J. *The Crown of Hinduism*. Londres: Oxford University Press, 1915; JOHANNES, P. *Vers Le Christ par Le Vedânta*. Ranchi: Catholic Press, 1938.

da proposta da “teologia do acabamento”¹² à afirmação corajosa da “presença de Cristo nas religiões”¹³. Essas correntes têm em comum o fato de afirmarem a salvação de todo ser humano em Cristo, superando o axioma *extra ecclesiam nulla salus*. Diferem na valoração dada às religiões enquanto tal. A primeira corrente vê as religiões necessitadas do cristianismo para “acabar/completar” suas aspirações; e a segunda dá um salto de qualidade ao afirmar que Cristo salva agindo nas tradições religiosas – tese que ficou conhecida como “inclusivismo salvífico”. Uma terceira corrente vai ainda além, afirmando

que as religiões têm valor salvífico “em/por si mesmas”, independentes de Cristo¹⁴ – corrente esta que não encontra abrigo na teologia católica.

O trabalho dos teólogos ganha espaço nas instâncias eclesiais e assessoria a discussão dos padres conciliares no tema da relação entre o catolicismo e as religiões, sobretudo na elaboração das Declarações *Nostra Aetate* (NA) e *Dignitatis Humanae* (DH) – e inspiram outros documentos do Concílio (ex. LG 16; GS 22; AG 3,7-9,11). O esquema inicial de NA a propunha apenas como um capítulo do decreto sobre o ecumenismo, tratando unicamente da relação entre cristãos e judeus¹⁵. O debate foi ampliado com a contribuição de padres conciliares que atuavam em regiões com população de maioria não cristã. Outros fatores, como a criação do *Secretariado para os não cristãos* (Paulo VI, 1964); a publicação da encíclica *Ecclesiam Suam* que ressalta o valor do diálogo; a visita do papa Paulo VI na Índia e o

12 Veja-se: DANIELLOU, J. *Il mistero della savezza delle nazioni*, Brescia: Morcelliana, 1954; *Il mistero dell'avvento*. Brescia: Morcelliana, 1958; *I santi pagani dell'Antico Testamento*. Brescia: Queriniana, 1988. LUBAC, H. de. *Surnaturel. Études historiques*. Paris: Aubier, 1946; *Aspetti Del buddismo*. Milano: Jaca Book, 1980; *Cristianismo e religioni universal*. Casale Monferrato: Piemme, 1987. BALTHASAR, H. U. von. *Teologia della storia*. Brescia: Morcelliana, 1969.

13 RAHNER, K. Il cristianesimo e le religioni non Cristiane. In: *Saggi di antropologia soprannaturale*. Roma: Paoline, 1965. Storia del mondo e storia della salvezza. In: *Saggi di Antropologia Soprannaturale*. Roma: Paoline, 1965. PANIKKAR, R. *Il Cristo sconosciuto dell'Induismo*. Milano: Vita e Pensiero, 1970. KUNG, H. The World Religions in God's Plano of Salvation. In: NEUNER, J. (org.) *Christian Revelation and World Religions*. Londres: Burns and Oates, 1967, p. 25-66.

14 É a tese do “pluralismo salvífico”, cujo principal expoente é o anglicano J. HICK. Cf. *A Metáfora do Deus Encarnado*. Petrópolis: Vozes, 2000.

15 Veja o histórico da formação desse documento em WOLFF, E. *Unitatis Redintegratio, Nostra Aetate, Dignitatis Humanae*. São Paulo: Paulinas, 2012.

encontro com os líderes religiosos do país (1964)¹⁶ influenciaram para que o Concílio fizesse um documento tratando da relação dos cristãos católicos com as religiões no geral. Assim, a NA mostra a compreensão que a Igreja tem das demais religiões, partindo das religiões em geral, tratando depois o hinduísmo, o budismo e outras “ligadas com o progresso da cultura” (NA 2), o islamismo (NA 3) e, por fim, o hebraísmo (NA 4).

5.2 Três pilares da compreensão conciliar das religiões

A relação do Vaticano II para com as religiões assenta-se em quatro principais pilares:

Primeiro pilar: a definitiva superação do axioma extra ecclesiam nulla salus. Afirmando o desígnio salvífico universal de Deus (At 2, 12; 1 Tm 2, 3-5), diz o Concílio que Deus conduz os que sem culpa ignoram o evangelho à fé sem a qual é impossível agradá-Lo (AG 7). Entende o Vaticano II que Deus “decretou elevar os homens à participação da sua vida divina” (LG 2), o que acontece pela união *de todos* com Cristo (LG 3). E “Aqueles que ignoram sem culpa o Evangelho de Cristo e a sua Igreja, mas buscam a Deus na sinceridade do coração e se es-

forçam, sob a ação da graça, por cumprir na vida a sua vontade, conhecida através dos ditames da consciência, também esses podem alcançar a salvação eterna” (LG 16). De fato, sendo todos chamados pela graça de Deus à salvação (LG 13), “Deus cuidou continuamente do gênero humano, para dar a vida eterna a todos aqueles que, perseverando na prática das boas obras, procuram a salvação (cf. Rm 2,6-7)”. Pois no coração de todas as pessoas opera a graça divina:

Cristo, de fato, morreu por todos e a vocação última do homem é efetivamente uma só, a divina; por isso devemos afirmar que o espírito Santo dá a todos a possibilidade de serem associados ao mistério pascal, nos modos que só Deus conhece. (GS 22)

Segundo pilar: a positividade das religiões. A novidade do Concílio é que ele não trata positivamente apenas dos “membros” das demais religiões como indivíduos, mas refere-se também às *religiões enquanto tal* (!). O olhar do Concílio é altamente positivo: nas religiões manifestam-se “elementos estimáveis, religiosos e humanos” (GS 92), “coisas verdadeiras e boas” (LG 16), “elementos de verdade e de graça” (AG 9), de “verdade” e de “santidade” (NA 2), “tradições contemplativas” (AG 9). Há possibilidade de sintonia desses elementos

¹⁶ Ver o discurso do papa publicado na AAS 57 (1965) 132-133.

com a fé cristã compreendendo-os como *semina verbi* (AG 11,15) e “um reflexo” da verdade que ilumina toda a humanidade (NA 2). Seu patrimônio espiritual é um convite eficaz ao diálogo (NA 2,3: AG 11), não apenas sobre os pontos convergentes, mas também sobre os divergentes. Tais valores coincidem nas grandes tradições religiosas da humanidade¹⁷, o que exige dos cristãos uma atitude de atenção e estima para com as religiões.

Terceiro pilar: a perspectiva soteriológica das religiões. Os padres conciliares reconhecem que a graça salvífica atua para além dos confins da Igreja e do próprio cristianismo. O Vaticano II não afirma explicitamente que as religiões são “caminhos” de salvação para seus membros, mas dá condições para entender que a ação do Verbo e do seu Espírito não acontece apenas no coração das pessoas, mas também através dos *elementos objetivos* de suas tradições religiosas, seus ritos, símbolos, líderes, doutrinas (cf. LG 16-17; AG 3,7-9,11; NA 2). Fundamental é verificar o que há de “verdadeiro” e “santo” nesses elementos. Por eles o Espírito de Deus

pode chegar às pessoas. Daqui temos a novidade corajosa do ensino do magistério pós-conciliar: os membros das religiões não são salvos por Cristo “fora” de suas próprias tradições, mas *nelas* e de alguma forma misteriosa *através delas* – eles respondem positivamente à oferta da graça divina “através da prática daquilo que é bom nas próprias tradições religiosas e sentindo as leis da sua consciência” (DA 29)¹⁸. O desafio do trabalho teológico é identificar nas religiões os “elementos de graça, capaz de sustentar a resposta positiva de seus membros ao chamado de Deus” (DA 30).

Quarto pilar: a motivação pastoral da relação da Igreja com as religiões. Não se trata de construir um diálogo sobre questões doutrinárias que visa aproximar conteúdos de fé. Isso é próprio do ecumenismo e não do diálogo inter-religioso. O que se quer é “promover a unidade e a caridade entre os homens, ou melhor, entre os povos”, examinando o que eles “têm de comum e o que os move a viverem juntos o próprio destino” (NA 1). Para tanto, faz-se necessário superar as divisões e promover relações amigáveis (NA 5).

17 SECRETARIADO PARA OS NÃO-CRISTÃOS. *Diálogo e Missão*. In: *Bulletin*, 56 (1984/2).

18 PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO. *Diálogo e Anúncio*, 1991. Disponível em: <http://goo.gl/CkRSVv>. Acesso em: 20 mai. 2015.

Esses quatro pilares estão amarrados pelo reconhecimento do que já há em comum nos diferentes povos: a mesma origem e o mesmo fim em Deus, que leva a todos a formarem uma só comunidade humana (NA 1). Ligados à origem e ao fim comuns, também as aspirações mais profundas de cada ser humano se assemelham, como a busca do sentido da vida, da felicidade, o mistério da dor e da morte. São questionamentos próprios da natureza humana, aos quais as religiões buscam responder (NA 1). E devem unir a todos nos esforços pelo respeito e compreensão mútua, na defesa e promoção da justiça social, dos valores morais, da paz e da liberdade (NA 3). As religiões dão, assim, uma contribuição para a solução dos problemas que afligem a humanidade, como os sofrimentos causados pelas guerras, pela fome, pelas injustiças sociais, pelas catástrofes naturais.

6 A incidência do ecumenismo e do diálogo inter religioso na vida da Igreja

6.1 A igreja do diálogo

O Vaticano II mostrou à igreja o valor de um elemento que até então lhe era muito obscuro: o diá-

logo. O diálogo acontece *ad intra e ad extra ecclesia*. A igreja se propõe ao diálogo com o mundo, com as culturas, com as ciências, com os diferentes grupos sociais (GS), com as diversas tradições eclesiais (UR, OE) e com as religiões (NA, DH). Cada um desses diálogos tem motivações, métodos e objetivos próprios. A igreja é constituída no diálogo que Deus estabelece com a humanidade ao longo da história da salvação. Ela é uma instância ou mediação do diálogo entre Deus e o mundo, se origina desse diálogo e tem como missão dar-lhe continuidade. A sua própria natureza é dialógica, como comunidade de irmãos e irmãs que comungam da mesma fé, partilham suas experiências de vida, entendem-se mutuamente responsáveis pelo testemunho do Evangelho. Daqui por que o diálogo deve se expressar também em sua organização, valorizando os elementos de comunhão e participação como a colegialidade, a sinodalidade, o princípio de subsidiariedade, a relação entre igreja universal e igreja local. Esses elementos se expressam de modo privilegiado numa concepção de Igreja Povo de Deus, que valoriza e relaciona as diferentes formas de pertença ao Reino.

6.2 A transversalidade do ecumenismo

Na intenção do papa João XXIII, o ecumenismo deveria configurar o espírito, o método e a finalidade do Vaticano II. Assim, praticamente todos os temas tratados nas aulas conciliares têm alguma relação com o ecumenismo, ele torna-se uma perspectiva, um paradigma da doutrina católica. Isso provocou profundo redimensionamento de muitos aspectos doutrinários com aberturas para o ecumenismo: na compreensão da Bíblia como norma primeira da fé e sua justa relação com a Tradição (DV); na eclesiologia, com a distinção entre a Igreja de Cristo e a igreja católica, equilibrando a relação entre a Igreja misteriosa e a igreja visível (LG 8.14); no valor do sacerdócio de todos os batizados como expressão da dignidade sacramental comum, e a colaboração dos leigos com o ministério ordenado (LG 10-11; cap. II; AA); na indefectibilidade da fé de toda a comunidade (LG 12); na superação da consciência ritualística dos sacramentos (LG 7; SC); na afirmação dos ministérios como serviço (CD 16; PO); na compreensão do diálogo como elemento integrante da ação evangelizadora (AG 6.15.29.36), entre outros.

Assim, a afirmação das verdades na fé católica “de forma alguma deve transformar-se em obstáculo para o

diálogo com os irmãos” (UR 11). Paulo VI, na abertura da 2ª sessão do Concílio, afirmou a necessidade de firmeza na convicção da fé, deixando claro que com isso “Não queremos fazer da nossa fé um motivo de polémica”¹⁹.

6.3 O olhar positivo da realidade religiosa plural

O Vaticano II mostra um olhar positivo sobre o pluralismo eclesial e religioso. Afirma categoricamente a identidade cristã de todos os batizados, de um lado; e a pertença de toda a humanidade à mesma origem e ao mesmo fim (NA), de outro lado. Toda a humanidade pertence ao único Povo de Deus (LG 9). De todos os cristãos, afirma que “Justificados no Batismo pela fé, são incorporados a Cristo e, por isso, com direito se honram com o nome de cristãos e justamente são reconhecidos pelos filhos da Igreja Católica como irmãos no Senhor” (UR 3. Também: UUS 13). É verdade que fala de “irmãos separados”, mas essa expressão é atualmente substituída por outras que ajudam a “ressaltar a profundidade da comunhão” já existente (UUS 42), o acento é, sem

19 FESQUET, H. *O Diário do Concílio*. Vol. II. Lisboa: Publicações Europa-América, 1967, p. 165.

dúvida, na “fraternidade reencontrada” (UUS 41-42): “A consciência da comum pertença a Cristo ganha profundidade” (UUS 42).

Dos membros das diferentes religiões, o Concílio afirma que cultivam “bens espirituais e morais e os valores socioculturais” (NA 3), e exorta os seus fiéis para que os “reconheçam, conservem e promovam”. Também com eles existe uma real fraternidade, pois todos são “criados à Sua imagem (de Deus). De tal maneira estão ligadas a relação do homem a Deus Pai e a sua relação aos outros homens seus irmãos, que a Escritura afirma: ‘quem não ama, não conhece a Deus’ (1 Jo. 4,8)”. Daqui a necessidade de superar todo preconceito e discriminação, cooperando para com a construção da paz universal (NA 5).

6.4 O redimensionamento metodológico da teologia

A inclusão do ecumenismo e do diálogo inter-religioso no ser e agir da igreja exige uma opção metodológica com três principais características:

a) *Distinção entre conteúdo e forma na verdade de fé* – O Vaticano II faz uma justa distinção entre o conteúdo da fé e a sua enunciação, o “depósito da fé” e o

“modo” como as verdades da fé são formuladas²⁰. Nem todas as doutrinas, mesmo normativas, têm o mesmo nexos com o centro trinitário e cristológico da fé cristã. Isso expressa a consciência de que os dogmas têm uma história processual, e assim como eles se desenvolvem no tempo também a sua recepção dinâmica em cada etapa da história. Na compreensão e expressão das verdades de fé, sem qualquer tendência minimalista, importa o essencial, apreendido segundo uma hierarquia entre elas existente. Assim tira-se da tradição católica a imagem de estaticidade, rigidez, imutabilidade, ao mesmo tempo que explicita a sua condição de peregrina na verdade e a consequente relatividade, limitação e precariedade inerente à essa condição. O mistério da fé, que não se exaure na visibilidade doutrinal e institucional, evolui em sua compreensão e vivência exigindo mudanças para tal.

b) *A hierarquia das verdades*: a segunda característica do método teológico do Concílio é a afirmação de que existe uma “ordem ou hierarquia nas verdades

20 JOÃO XXIII. Discurso do papa João XXIII na abertura solene do Concílio. In: VV.AA. *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II* (1962-1965). São Paulo: Paulus, 1997; CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS *Diretório para a Aplicação dos Princípios e Normas sobre o Ecumenismo*, n. 181. Petrópolis: Vozes, 1994.

católicas” (UR 11). As verdades de fé não estão todas no mesmo nível, alguns elementos da doutrina estão mais próximos do *fundamentum* (paixão, morte e ressurreição de Cristo) da fé cristã do que outros. Isso colabora no diálogo ecumênico para que “todos se sintam incitados a um conhecimento mais profundo e a uma manifestação mais clara das inesgotáveis riquezas de Cristo” (UR 11). Não se trata de valorizar algumas verdades em detrimento de outras, mas de colocar cada uma no seu devido lugar no conjunto da doutrina cristã.

c) *A revisão eclesiológica na perspectiva dialógica:* o Concílio apresentou uma igreja com abertura para o diálogo com todos os cristãos (UR, OE), todos os crentes em Deus (NA, DH), todos os povos (GS). Todos são exortados ao diálogo ecumênico, inter-religioso e intercultural. Isso incide na reflexão teológica e no agir pastoral da igreja, entendendo-se inserida no contexto geral da história da salvação como “sinal e instrumento, da união íntima com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (LG 1). A igreja é o “Povo de Deus” (LG cap. II) que possui diferentes modos de pertença e orientação para ela (LG 14-16), em diversos graus de realização e além da igreja una e das muitas igrejas. Contribui para tanto a concepção mistérica da igreja em sua origem e seu fim

(LG 2-4), numa busca de equilíbrio com sua dimensão institucional (LG 8; 14), tendo a dimensão escatológica do Reino como meta última (LG 5; cap. VII).

A partir do Vaticano II,

a Igreja não é uma realidade voltada sobre si mesma, mas aberta permanentemente à dinâmica missionária e ecumênica, porque enviada ao mundo para anunciar e testemunhar, atualizar e expandir o mistério de comunhão que a constitui: a fim de reunir a todos e tudo em Cristo; ser para todos “sacramento inseparável de unidade”.²¹

7 A difícil recepção...

As duas décadas logo após o Concílio foram profícuas na prática do diálogo ecumênico e de grande abertura para o diálogo inter-religioso. Nesse período, “o diálogo não foi só iniciado, mas *tornou-se uma expressa necessidade, uma das prioridades da Igreja;* em consequência, foi aprimorada a ‘técnica’ de dialogar, favorecendo, contemporaneamente, o crescimento do espírito

²¹ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Communio notio*, n. 4. In: AAS 85 (1993), 840.

do diálogo” (UUS 31). Foi um período rico no “diálogo de gestos”, pelo encontro com lideranças das igrejas e religiões, pela formação de comissões de diálogos bilaterais e multilaterais (a igreja católica participa hoje de 70 dos 105 Conselhos Nacionais de Igrejas e integra 16 comissões de diálogo bilateral), pela participação em diversas outras organizações que promovem o diálogo ecumênico e inter-religioso. Infelizmente, porém, esses fatos não chegam a incidir estruturalmente na igreja. O impacto das iniciativas de diálogo por vezes é mais emocional e pessoal do que institucional e comunitário. A razão é que, muitas vezes, as iniciativas são desarticuladas e nem sempre têm uma teologia que o sustente. Por isso tais iniciativas, por mais estimulantes e impactantes que sejam, nem sempre convencem, pois “Temos movimentos de abertura, mas agimos com uma eclesiologia bastante medieval e de Contrarreforma, absolutamente inadequada”²².

O diálogo ecumênico deu significativos frutos nas duas primeiras décadas após o Concílio. Mas, nos anos seguintes, mostra-se profundamente fragilizado em

suas iniciativas, em suas convicções e não tem gestos de impacto. A preocupação com a cultura do tempo, marcada pelo individualismo, subjetivismo, relativismo, indiferentismo e secularismo, faz a igreja temer a perda de referências seguras para a identidade católica. Nesse contexto, o magistério universal assume posições com implicações nem sempre oportunas na relação da igreja com as outras igrejas e com as religiões. Emergem, no interior das comunidades católicas, teologias, espiritualidades e práticas pastorais que comprometem a convicção do diálogo. Documentos publicados não têm claro o diálogo como método e conteúdo, como propunha a *Ecclesiam Suam* do papa Paulo VI. Nas questões controvertidas, o Vaticano II não é mais considerado o ponto de partida, mas de chegada. A verdade não é meta a ser buscada no presente e no futuro. Desse modo, a afirmação da identidade eclesial católica torna-se fixa, se dá em si e por si mesma, não é relacional. Um cristão católico parece hoje ter muito pouco (ou nada) a aprender de um cristão de outra tradição eclesial ou de um membro de outra religião. O medo da perda de identidade e de fiéis leva a compreender o diálogo como um risco para a integridade da fé. A igreja pode tornar-se uma ilha institucional, doutrinal e espiritual.

22 CONGAR, Y. 04 de junho de 1964. In: *Mon Journal du Concile*. Paris: Les Éditions du Cerf, 2002.

Isso dificulta a continuidade da recepção do ensino ecumênico do Vaticano II, bem como a recepção dos resultados já obtidos dos esforços ecumênicos realizados. Na doutrina, na reflexão teológica, na espiritualidade e na pastoral quase nada se considera dos resultados do diálogo ecumênico – e menos ainda do diálogo inter-religioso. Tudo, ou quase tudo, é transmitido “como sempre”, ou seja, na perspectiva confessional apenas e, sobretudo nos ambientes de formação, em tom de apologetica polêmica no confronto com outras igrejas e religiões. Ignora-se com facilidade as orientações oficiais da igreja sobre a formação ecumênica nos institutos de teologia e na vida dos agentes de pastoral²³, sobre a dimensão ecumênica da evangelização, sobre o método ecumênico no modo de expor as verdades católicas. Oficialmente, a igreja pertence a organizações que promovem o diálogo, mas seus fiéis sequer têm conhecimento disso. Os resultados positivos das iniciativas não ecoam na vida da igreja. Por isso tudo, vigoram desconhecimento, preconceitos e conflitos na relação de católicos com membros de outras igrejas e religiões.

23 CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS. *A Dimensão Ecumênica na Formação dos que Trabalham no Ministério Pastoral*. São Paulo: Paulinas, 1998.

Este é o ambiente e o clima ecumênico da igreja católica no início do pontificado do papa Francisco. Uma realidade que vem sendo construída desde o final do pontificado de João Paulo II, e recrudescida no pontificado de Bento XVI. Em muitas situações, há clara desconsideração, e mesmo contradição, do ensino ecumênico e inter-religioso do Vaticano II: seja porque para alguns ele deixou de ser referência na compreensão da fé e na organização da igreja; seja porque o seu significado é reinterpretado contra a sua letra.

Conclusão

Refletir sobre o Concílio Vaticano II implica refletir sobre o diálogo, por três principais razões: 1) porque o Concílio foi uma experiência de diálogo em si mesmo, internamente e externamente à igreja, e não é possível compreendê-lo sem considerar esse fato; 2) porque no Concílio o diálogo (ecumenismo, inter-religioso e com a sociedade) foi proposto como o modo de ser e de agir da igreja católica; 3) a proposta do diálogo provocou um redimensionamento da igreja em sua autoconsciência, suas instituições, seus projetos de evangelização, sua

espiritualidade. Existe, portanto, uma intrínseca relação entre o Vaticano II, o ecumenismo, o diálogo inter-religioso e o diálogo das culturas, o que permite afirmar que somente onde o Concílio foi de fato assumido é que a sua proposta dialógica ganhou espaço na igreja. Nesses ambientes, poucos, infelizmente, o diálogo ecumênico e inter-religioso tornou-se o *modus essendi* e o *modus operandi* das comunidades católicas. Como consequência, o Vaticano II mudou o rosto da igreja católica para as outras igrejas e as outras religiões, e o rosto destas para a igreja católica. Agora são rostos de irmãos em Cristo, e membros da mesma e única família de Deus (LG 9; NA 1), com as mesmas marcas e cicatrizes do pecado que fragiliza as igrejas e as religiões, mas também da graça crística que as fortalece.

O Concílio Vaticano II integrou o ecumenismo, bem como o diálogo inter-religioso, no modo de ser e agir da igreja católica, deixando-o “profunda e irrevogavelmente gravado na consciência da Igreja”²⁴. E somente onde o Concílio foi assumido de modo efetivo é que o

ecumenismo ganhou espaço no jeito de a igreja católica ser e agir. Entende-se, então, que o diálogo é um apelo permanente para a igreja, como enfatizou o papa João Paulo II: “*O caminho ecumênico (é) caminho da Igreja*” (UUS 7-14). Enfim, o ecumenismo, bem como o diálogo inter-religioso, não é uma questão de princípios apenas, mas de gestos concretos:

Não bastam as manifestações de bons sentimentos. Fazem falta gestos concretos que penetrem nos espíritos e sacudam as consciências, impulsionando cada um à conversão interior, que é o fundamento de todo progresso no caminho do ecumenismo.²⁵

Referências

- BERGOGLIO J; SKORKA, A. *Sobre o Céu e a Terra*. São Paulo: Editora Schawarck S.A, 2013.
- BALTHASAR, H. U. von, *Teologia della storia*, Brescia: Morcelliana, 1969.

24 *Relatio Finalis* do Sínodo extraordinário dos Bispos (1985) C, 7. In: CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS *Diretório para a Aplicação dos Princípios e Normas sobre o Ecumenismo*, n. 21. Petrópolis: Vozes, 1994.

25 Primeira mensagem do papa Bento XVI no final da celebração eucarística com os cardeais eleitores na Capela Sistina, quarta feira, 20 de abril de 2005. Também: CELAM, *Documento de Aparecida*. São Paulo: Paulus; Brasília: CNBB; São Paulo: Paulinas, 2007, n.234.

- CELAM. *Documento de Aparecida*. São Paulo: Paulus; Brasília: CNBB; São Paulo: Paulinas, 2007.
- CONGAR, Y. *Chrétiens Désunis. Principes d'un "oecuménisme" catholique*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1937.
- _____. *Mon Journal du Concile*. Paris: Les Éditions du Cerf, 2002.
- CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS. *A Dimensão Ecumênica na Formação dos que Trabalham no Ministério Pastoral*. São Paulo: Paulinas, 1998.
- _____. *Diretório para a Aplicação dos Princípios e Normas sobre o Ecumenismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DANIÉLOU, J. *Il mistero della savezza delle nazioni*, Brescia: Morcelliana, 1954.
- _____. *Il mistero dell'avvento*. Brescia: Morcelliana, 1958.
- _____. *I santi pagani dell'Antico Testamento*. Brescia: Queriniana, 1988.
- FARQUHAR, J. *The Crown of Hinduism*. Londres: Oxford University Press, 1915.
- FESQUET, H. *O Diário do Concílio*. Vol. II. Lisboa: Publicações Europa-América, 1967.
- FRANCISCO. *Discurso no Encontro com os representantes das Igrejas e Comunidades eclesiais e outras religiões*. Disponível em <http://goo.gl/INUrfe>. Acesso em: 20 mai. 2015.
- HICK, J. *A Metáfora do Deus Encarnado*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- JOÃO XXIII. *Discurso do papa João XXIII na abertura solene do Concílio*. In: VV.AA. *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. São Paulo: Paulus, 1997.
- JOHANNIS, P. *Vers Le Christ par Le Vedānta*. Ranchi: Catholic Press, 1938.
- KUNG, H. *The World Religions in God's Plano of Salvation*. In: NEUNER, J. (org.) *Christian Revelation and World Religions*. Londres: Burns and Oates, 1967, p. 25-66.
- LUBAC, H. de. *Surnaturel. Étude historiques*. Paris: Aubier, 1946.
- _____. *Aspetti del buddismo*. Milano: Jaca Book, 1980.
- _____. *Cristianismo e religioni universali*. Casale Monferrato: Piemme, 1987.
- MÖHLER, J. *Die Einheit in der Kirche oder das Princip des Katholicismus, dargestellt im Geiste der Kirchenväter der drei ersten Jahrhunderte*. Tübingen, 1825. Tradução inglesa: *Unity in the Church or the Principle of Catholicism presented in the Spirit of the Church Fathers of the first three centuries*. Washington, D.C: Catholic University of America Press, 1995.
- _____. *Symbolik oder Darstellung der dogmatischen Gegensätze der Katholiken und Protestanten nach ihren Öffentlichen Bekenntnisschriften*. Mainz, 1832. Tradução inglesa: *Symbolism: exposition of the doctrinal differences between catholics and protestants as evidenced by their symbolical writings*. New York: Crossroad Publishing, 1997.
- NEWMAN, J.H. *Apologia pro vita sua*. Londres: Oxford Edition, 1864.
- _____. *Parochial and Plain Sermons*. Londres: University of Oxford, 1869.
- RAHNER, K. *Il cristianesimo e le religioni non cristiane*. In: *Saggi di antropologia soprannaturale*. Roma: Paoline, 1965.
- _____. *Storia del mondo e storia della salvezza*. In: *Saggi di Antropologia Soprannaturale*. Roma: Paoline, 1965.
- PANIKKAR, R. *Il Cristo sconosciuto dell'Induismo*. Milano: Vita e Pensiero, 1970.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO. *Diálogo e Anúncio*, 1991. Disponível em: <http://goo.gl/CkRSVv>. Acesso em: 20 mai. 2015.

SANTO OFÍCIO. Instrução *Ecclesia Catholica*, de 20/09/1949. In: TAVARD, G. *Ecumenismo – História e perspectivas atuais*. Barcelona: Herder, sd.

SECRETARIADO PARA OS NÃO CRISTÃOS. *Diálogo e Missão*. In: *Bulletin*, 56, (1984/2).

TAVARD, G. *Ecumenismo – História e perspectivas atuais*. Barcelona: Herder, sd., 272.

THILS, G. *Religioni e cristianesimo*. Assis: Cittadella, 1967.

VERCRUYSE, Jos. *Introduzione alla Teologia Ecumenica*. Casale Monferrato: Piemme, 1992.

VV.AA. *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. São Paulo: Paulus, 1997.

WOLFF, E. *Unitatis Redintegratio, Nostra Aetate, Dignitatis Humanae*. São Paulo: Paulinas, 2012.

Cadernos Teologia Pública

- N. 1 *Hermenêutica da tradição cristã no limiar do século XXI* – Johan Konings, SJ
- N. 2 *Teologia e Espiritualidade. Uma leitura Teológico-Espiritual a partir da Realidade do Movimento Ecológico e Feminista* – Maria Clara Bingemer
- N. 3 *A Teologia e a Origem da Universidade* – Martin N. Dreher
- N. 4 *No Quarentenário da Lumen Gentium* – Frei Boaventura Kloppenburg, OFM
- N. 5 *Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner* – Érico João Hammes
- N. 6 *Teologia e Diálogo Inter-Religioso* – Cleusa Maria Andreatta
- N. 7 *Transformações recentes e perspectivas de futuro para a ética teológica* – José Roque Junges, SJ
- N. 8 *Teologia e literatura: profetismo secular em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos* – Carlos Ribeiro Caldas Filho
- N. 9 *Diálogo inter-religioso: Dos “cristãos anônimos” às teologias das religiões* – Rudolf Eduard von Sinner
- N. 10 *O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso* – Michael Amaladoss, SJ
- N. 11 *A teologia em situação de pós-modernidade* – Geraldo Luiz De Mori, SJ
- N. 12 *Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema* – Pedro Gilberto Gomes, SJ
- N. 13 *Teologia e Ciências Sociais* – Orivaldo Pimentel Lopes Júnior
- N. 14 *Teologia e Bioética* – Santiago Roldán García
- N. 15 *Fundamentação Teológica dos Direitos Humanos* – David Eduardo Lara Corredor
- N. 16 *Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento* – João Batista Libânio, SJ
- N. 17 *Por uma Nova Razão Teológica. A Teologia na Pós-Modernidade* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
- N. 18 *Do ter missões ao ser missionário – Contexto e texto do Decreto Ad Gentes revisitado 40 anos depois do Vaticano II* – Paulo Suess
- N. 19 *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 1ª parte – Manfred Zeuch
- N. 20 *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 2ª parte – Manfred Zeuch
- N. 21 *Bento XVI e Hans Küng. Contexto e perspectivas do encontro em Castel Gandolfo* – Karl-Josef Kuschel
- N. 22 *Terra habitável: um desafio para a teologia e a espiritualidade cristãs* – Jacques Arnould
- N. 23 *Da possibilidade de morte da Terra à afirmação da vida. A teologia ecológica de Jürgen Moltmann* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

- N. 24 *O estudo teológico da religião: Uma aproximação hermenêutica* – Walter Ferreira Salles
- N. 25 *A historicidade da revelação e a sacramentalidade do mundo – o legado do Vaticano II* – Frei Sinivaldo S. Tavares, OFM
- N. 26 *Um olhar Teopoético: Teologia e cinema em O Sacrifício, de Andrei Tarkovski* – Joe Marçal Gonçalves dos Santos
- N. 27 *Música e Teologia em Johann Sebastian Bach* – Christoph Theobald
- N. 28 *Fundamentação atual dos direitos humanos entre judeus, cristãos e muçulmanos: análises comparativas entre as religiões e problemas* – Karl-Josef Kuschel
- N. 29 *Na fragilidade de Deus a esperança das vítimas. Um estudo da cristologia de Jon Sobrino* – Ana María Formoso
- N. 30 *Espiritualidade e respeito à diversidade* – Juan José Tamayo-Acosta
- N. 31 *A moral após o individualismo: a anarquia dos valores* – Paul Valadier
- N. 32 *Ética, alteridade e transcendência* – Nilo Ribeiro Junior
- N. 33 *Religiões mundiais e Ethos Mundial* – Hans Küng
- N. 34 *O Deus vivo nas vozes das mulheres* – Elisabeth A. Johnson
- N. 35 *Posição pós-metafísica & inteligência da fé: apontamentos para uma outra estética teológica* – Vitor Hugo Mendes
- N. 36 *Conferência Episcopal de Medellín: 40 anos depois* – Joseph Comblin
- N. 37 *Nas pegadas de Medellín: as opções de Puebla* – João Batista Libânio
- N. 38 *O cristianismo mundial e a missão cristã são compatíveis?: insights ou percepções das Igrejas asiáticas* – Peter C. Phan
- N. 39 *Caminhar descalço sobre pedras: uma releitura da Conferência de Santo Domingo* – Paulo Suess
- N. 40 *Conferência de Aparecida: caminhos e perspectivas da Igreja Latino-Americana e Caribenha* – Benedito Ferraro
- N. 41 *Espiritualidade cristã na pós-modernidade* – Ildo Perondi
- N. 42 *Contribuições da Espiritualidade Franciscana no cuidado com a vida humana e o planeta* – Ildo Perondi
- N. 43 *A Cristologia das Conferências do Celam* – Vanildo Luiz Zugno
- N. 44 *A origem da vida* – Hans Küng
- N. 45 *Narrar a Ressurreição na pós-modernidade. Um estudo do pensamento de Andrés Torres Queiruga* – Maria Cristina Giani
- N. 46 *Ciência e Espiritualidade* – Jean-Michel Maldamé
- N. 47 *Marcos e perspectivas de uma Catequese Latino-americana* – Antônio Cechin
- N. 48 *Ética global para o século XXI: o olhar de Hans Küng e Leonardo Boff* – Águeda Bichels
- N. 49 *Os relatos do Natal no Alcorão (Sura 19,1-38; 3,35-49): Possibilidades e limites de um diálogo entre cristãos e muçulmanos* – Karl-Josef Kuschel
- N. 50 *“Ite, missa est!”: A Eucaristia como compromisso para a missão* – Cesare Giraudou, SJ
- N. 51 *O Deus vivo em perspectiva cósmica* – Elisabeth A. Johnson
- N. 52 *Eucaristia e Ecologia* – Denis Edwards
- N. 53 *Escatologia, militância e universalidade: Leituras políticas de São Paulo hoje* – José A. Zamora
- N. 54 *Mater et Magistra – 50 Anos* – Entrevista com o Prof. Dr. José Oscar Beozzo

- N. 55 *São Paulo contra as mulheres? Afirmação e declínio da mulher cristã no século I* – Daniel Marguerat
- N. 56 *Igreja Introvertida: Dossiê sobre o Motu Proprio “Summorum Pontificum”* – Andrea Grillo
- N. 57 *Perdendo e encontrando a Criação na tradição cristã* – Elizabeth A. Johnson
- N. 58 *As narrativas de Deus numa sociedade pós-metafísica: O cristianismo como estilo* – Christoph Theobald
- N. 59 *Deus e a criação em uma era científica* – William R. Stoeger
- N. 60 *Razão e fé em tempos de pós-modernidade* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 61 *Narrar Deus: Meu caminho como teólogo com a literatura* – Karl-Josef Kuschel
- N. 62 *Wittgenstein e a religião: A crença religiosa e o milagre entre fé e superstição* – Luigi Perissinotto
- N. 63 *A crise na narração cristã de Deus e o encontro de religiões em um mundo pós-metafísico* – Felix Wilfred
- N. 64 *Narrar Deus a partir da cosmologia contemporânea* – François Euvé
- N. 65 *O Livro de Deus na obra de Dante: Uma releitura na Baixa Modernidade* – Marco Lucchesi
- N. 66 *Discurso feminista sobre o divino em um mundo pós-moderno* – Mary E. Hunt
- N. 67 *Silêncio do deserto, silêncio de Deus* – Alexander Nava
- N. 68 *Narrar Deus nos dias de hoje: possibilidades e limites* – Jean-Louis Schlegel
- N. 69 *(Im)possibilidades de narrar Deus hoje: uma reflexão a partir da teologia atual* – Degislando Nóbrega de Lima
- N. 70 *Deus digital, religiosidade online, fiel conectado: Estudos sobre religião e internet* – Moisés Sbardelotto
- N. 71 *Rumo a uma nova configuração eclesial* – Mario de França Miranda
- N. 72 *Crise da racionalidade, crise da religião* – Paul Valadier
- N. 73 *O Mistério da Igreja na era das mídias digitais* – Antonio Spadaro
- N. 74 *O seguimento de Cristo numa era científica* – Roger Haight
- N. 75 *O pluralismo religioso e a igreja como mistério: A eclesiologia na perspectiva inter-religiosa* – Peter C. Phan
- N. 76 *50 anos depois do Concílio Vaticano II: indicações para a semântica religiosa do futuro* – José Maria Vigil
- N. 77 *As grandes intuições de futuro do Concílio Vaticano II: a favor de uma “gramática gerativa” das relações entre Evangelho, sociedade e Igreja* – Christoph Theobald
- N. 78 *As implicações da evolução científica para a semântica da fé cristã* – George V. Coyne
- N. 79 *Papa Francisco no Brasil – alguns olhares*
- N. 80 *A fraternidade nas narrativas do Gênesis: Dificuldades e possibilidades* – André Wénin
- N. 81 *Há 50 anos houve um concílio...: significado do Vaticano II* – Victor Codina
- N. 82 *O lugar da mulher nos escritos de Paulo* – Eduardo de la Serna
- N. 83 *A Providência dos Profetas: uma Leitura da Doutrina da Ação Divina na Bíblia Hebraica a partir de Abraham Joshua Heschel* – Élcio Verçosa Filho

- N. 84 *O desencantamento da experiência religiosa contemporânea em House: “creia no que quiser, mas não seja idiota”* – Renato Ferreira Machado
- N. 85 *Interpretações polissêmicas: um balanço sobre a Teologia da Libertação na produção acadêmica* – Alexandra Lima da Silva & Rhaissa Marques Botelho Lobo
- N. 86 *Diálogo inter-religioso: 50 anos após o Vaticano II* – Peter C. Phan
- N. 87 *O feminino no Gênesis: A partir de Gn 2,18-25* – André Wénin
- N. 88 *Política e perversão: Paulo segundo Žižek* – Adam Kotsko
- N. 89 *O grito de Jesus na cruz e o silêncio de Deus. Reflexões teológicas a partir de Marcos 15,33-39* – Francine Bigaouette, Alexander Nava e Carlos Arthur Dreher
- N. 90 *A espiritualidade humanística do Vaticano II: Uma redefinição do que um concílio deveria fazer* – John W. O’Malley
- N. 91 *Religiões brasileiras no exterior e missão reversa* – Vol. 1 – Alberto Groisman, Alejandro Frigerio, Brenda Carranza, Carmen Sílvia Rial, Cristina Rocha, Manuel A. Vásquez e Ushi Arakaki
- N. 92 *A revelação da “morte de Deus” e a teologia materialista de Slavoj Žižek* – Adam Kotsko
- N. 93 *O êxito das teologias da libertação e as teologias americanas contemporâneas* – José Oscar Beozzo
- N. 94 *Vaticano II: a crise, a resolução, o fator Francisco* – John O’Malley
- N. 95 *“Gaudium et Spes” 50 anos depois: seu sentido para uma Igreja aprendente* – Massimo Faggioli
- N. 96 *As potencialidades de futuro da Constituição Pastoral Gaudium et spes: por uma fé que sabe interpretar o que advém* – Aspectos epistemológicos e constelações atuais – Christoph Theobald
- N. 97 *500 Anos da Reforma: Luteranismo e Cultura nas Américas* – Vítor Westhelle
- N. 98 *O Concílio Vaticano II e o aggiornamento da Igreja* – No centro da experiência: a liturgia, uma leitura contextual da Escritura e o diálogo – Gilles Routhier
- N. 99 *Pensar o humano em diálogo crítico com a Constituição Gaudium et Spes* – Geraldo Luiz De Mori
- N. 100 *O Vaticano II e a Escatologia Cristã: Ensaio a partir de leitura teológico-pastoral da Gaudium et Spes* – Afonso Murad



Elias Wolff. É doutor em Teologia (2000) e mestre em Teologia (1998) pela Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma. Mestre em Filosofia (1999) pela Pontifícia Universidade Santa Cruz, Roma. Graduado em Teologia (1993) pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE. Professor no Programa de Pós-Graduação em Teologia e coordenador do Núcleo Ecumênico e Inter-religioso na Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Coordenador da Comissão Teológica do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC. Os principais interesses de pesquisa são ecumenismo e diálogo das religiões.

Algumas obras do autor

WOLFF, Elias. *Vaticano II – 50 Anos de Ecumenismo na Igreja Católica*. São Paulo: Paulus, 2014.

_____. *A unidade da Igreja*. São Paulo: Paulus, 2007.

_____. *Ministros do Diálogo*. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. *Caminhos do Ecumenismo no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2002.

_____. *O Ecumenismo no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2000.

_____; SINNER, Rudolf von. *Vidas Ecumênicas*. São Leopoldo: Sinodal, 2006.

